

As condições que Bresser estabelece para realizar "pagamento simbólico"

por Antonio Gutierrez
de São Paulo

O Brasil não pretende efetuar o pagamento simbólico dos juros da dívida externa antes do início das negociações, previsto para meados de setembro. No entanto, o ministro da Fazenda, Luiz Carlos Bresser Pereira, demonstrou disposição em realizar um pagamento simbólico, caso não seja possível um acordo até outubro. Mas, para que isso ocorra, ele estabelece duas condições: que o País tenha reservas suficientes e que as negociações a serem iniciadas, estejam caminhando bem.

Bresser Pereira reiterou esta posição na última sexta-feira ao tomar conhecimento da decisão do comitê de assessoramento dos bancos credores que, após reunião realizada em Nova York, na semana passada, decidiram "endurecer" com o Brasil, caso não haja demonstração de boa vontade do País em relação ao pagamento da dívida. "A posição do Brasil, que foi apresentada aos banqueiros em julho, permanece", afirmou o ministro, segundo relato de seu assessor, Francisco Baker.

A posição do Brasil é de iniciar formalmente as negociações em setembro. Bresser Pereira não vê necessidade em retomar o pagamento agora. Mas os

banqueiros sim. Isso porque, em 20 de agosto, a moratória brasileira completa 180 dias, o que torna quase inevitável que, em 20 de outubro, o comitê de avaliação de risco dos bancos americanos, ao analisar as contas dos bancos, peça a reclassificação do Brasil a uma categoria abaixo da que ocupa hoje. Com isso, os bancos credores do Brasil terão de constituir reservas entre 10 e 15% do total da dívida brasileira.

Na prática, os bancos, ao pedirem o pagamento simbólico dos juros, tentam minimizar o efeito do não-pagamento sobre seus resultados. Há cerca de dois meses, os maiores bancos norte-americanos divulgaram uma substancial ampliação de reservas para absorver a perda com a falta de pagamento dos juros da dívida brasileira e, também, com outros países em desenvolvimento.

O ministro disse ainda, através de seu assessor, que, se esta disposição de "endurecer" se referir ao problema das linhas de curto prazo, esta situação não interessa nem ao Brasil nem aos credores. "Qualquer problema nesta área prejudicaria mais os bancos credores do que o Brasil, já que essas linhas de crédito são muito lucrativas para os bancos e não sofrem nenhum desconto", afirmou.